



GT 74. Religiões de matriz africana e seus modos de convivência: caboclos, orixás e outras entidades

Coordenador(es):

Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Tempos, Histórias e Registros

Debatedor/a: Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Sessão 2 - Vínculos e obrigações

Debatedor/a: Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 3 - Modos de Convivência

Debatedor/a: Luciana Duccini (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A proposta deste Grupo de Trabalho é investigar os modos de se relacionar com e entre as entidades presentes nas diversas modalidades de religiões de matriz africana, tanto no Brasil quanto em outros países da diáspora africana. Assim, pretende dar ênfase não somente às análises das manifestações religiosas em si, mas aos estudos voltados para as formas como vínculos são aí construídos e mantidos. Tendo como questão chave o debate em torno das dimensões ético-políticas das formas de convivência cultivadas nessas religiões, o GT está aberto para trabalhos que tratem dos procedimentos e conceitos que participam dos processos de construção de vínculos, que discutam as diferentes temporalidades e espacialidades em jogo nesses processos e/ou explorem como os vínculos com as entidades são mobilizados e testados em situações de encontro com outras formas de prática.

"Seu Tranca Rua que é dono da gira": Uma análise antropológica sobre Exu Tranca Rua no Terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana e Tapinaré das Matas, nordeste paraense

Autoria: Victor Lean do Rosário (UEPA - Universidade do Estado do Pará)

Este work tem por objetivo descrever os ritos, mitos e simbologias do dia de Exu Tranca Rua no Terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana e Tapinaré das Matas, município de Igarapé-Açu, nordeste paraense, que ocorreu em 23 de agosto de 2019. Estas entidades pertencentes ao mundo umbandista são vistas como irascíveis, suscetíveis ao mal, e até mesmo são endereçadas como demoníacas, sendo estigmatizadas ao longo do processo de formação do Candomblé, até as suas variações na umbanda. Metodologicamente este work é construído a partir de um ensaio etnográfico, pois compreendemos que a etnografia é a própria terra vivida, e não apenas métodos de pesquisa. Ademais, utilizamos como procedimentos as conversas formais e informais com os/as médiuns do barracão, e as entidades que regem todo o aparato simbólico. Ao analisar a ?Gira? de Exu, visualizando a preparação, os assentamentos, o sangue sacrificial, a corporeidade e a luminosidade do ambiente, percebemos que estas entidades recriam formas de (r)esistir na subalternidade da umbanda, manipulando determinados símbolos que são considerados pelo imaginário popular como demoníacos, para criar identidades singulares. Além disso, os Exus são vistos como arquétipos do mal, excluídos em vida do mundo social e posteriormente no mundo sobrenatural, que podem transitar entre a luz e a sombra, o sagrado e o profano, a benevolência e a malemolência, ou seja, Exu demonstra um dinamismo que não se encontra tão facilmente nas outras entidades. Por isso, Exu não é demônio, nem demônio é Exu, mas que se



utilizam deste medo construído para formar suas próprias simbologias no mundo umbandista, pois sem Exu não se faz nada.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: